

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Diego Rodrigues Santos Matheus

**“TEM SANGUE RETINTO
PISADO, ATRÁS DO HERÓI
EMOLDURADO”**

**A participação dos escravizados na
guerra do Paraguai**

Taubaté - SP

2019

Diego Rodrigues Santos Matheus

**“TEM SANGUE RETINTO
PISADO, ATRÁS DO HERÓI
EMOLDURADO”**

**A participação dos escravizados na
guerra do Paraguai**

Trabalho de Graduação em
História apresentado ao
Departamento de Ciências
 Sociais e Letras da
Universidade de Taubaté,
como parte dos requisitos para
colação de grau no curso de
História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria
Fátima de Melo Toledo

Taubaté – SP

2019

SIBi - Sistema Integrado de Bibliotecas – UNITAU

M427t Matheus, Diego Rodrigues Santos

“Tem sangue retinto pisado, atrás do Herói emoldurado”:
a participação dos escravizados na Guerra do Paraguai / Diego
Rodrigues Santos Matheus. -- 2019.

58 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,
Departamento de Ciências Sociais e Letras.

Orientação: Profa. Dra Maria Fátima de Melo Toledo,
Departamento de Ciências Sociais e Letras.

1. Guerra do Paraguai. 2. Escravidão. 3. Voluntário.
I. Título.

CDD – 989.205

AUTOR: DIEGO RODRIGUES SANTOS MATHEUS

TÍTULO: “TEM SANGUE RETINTO PISADO, ATRÁS DO
HERÓI EMOLDURADO”: A PARTICIPAÇÃO DOS
ESCRAVIZADOS NA GUERRA DO PARAGUAI.

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ, TAUBATÉ, SP

Data: _____ Resultado: __

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Fátima de

Melo Toledo Assinatura _____

Prof. Dr. Isnard de Albuquerque

Câmara Neto Assinatura _____

Prof. Ms. Armindo Boll

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus familiares, em especial aos meus avós por compartilharem tantas histórias inspiradoras. Agradeço a minha mãe, Ana Lúcia, por sempre me incentivar a leitura, desde a infância, sempre me presenteando com livros e gibis.

Agradeço aos docentes ao longo de 3 anos que pude aprender tanto, levo os ensinamentos comigo para o resto da vida. Em especial a minha orientadora, Prof.^a. Dr.^a. Maria Fatima de Melo Toledo por suas aulas inspiradoras ao longo do curso, guardarei com carinho cada momento e pela importância do ensino de história no nosso país, como ela sempre enfatizou.

Agradeço a minha Dani, pela paciência, e incentivos ao longo desse período, sem você eu não conseguiria, e sua participação nesse trabalho vai além das páginas escritas.

“Cuitelinho

*Cheguei na
bera do porto
Onde as onda
se espaia. As
garça dá meia
volta, Senta na
bera da praia.
E o cuitelinho
não gosta
Que o botão da rosa caia.*

*Quando eu vim da
minha terra,
Despedi da
parentaia.
Eu entrei em
Mato Grosso,
Dei em terras
paraguaia.
Lá tinha
revolução,
Enfrentei fortes
bataia.*

*A tua
saudade
corta Como o
aço de
navaia.
O coração
fica aflito,
Bate uma e
outra faia.
E os oio se enche
d’água Que até a
vista se atrapaia.”*

Folclore recolhido por Paulo Vanzolini e Antônio Xandó.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo estudar a participação dos ex-escravos brasileiros como voluntários da pátria na Guerra do Paraguai (1864-1870), o maior conflito militar da história da América Latina. A pesquisa do tema da presença de libertos e dos voluntários na Guerra do Paraguai se justifica pela reduzida atenção e escasso material produzido pela historiografia brasileira, podendo ser considerada uma história “esquecida”. Como objetivo geral se vai tratar dos voluntários e negros na guerra, que antes estavam em atividades civis e eram agora militares nas fileiras do exército imperial, na luta contra o Paraguai. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, por meio da leitura da bibliografia específica sobre o tema da Guerra do Paraguai e da presença de negros, voluntários e de ex-escravos nela. Está organizada em três capítulos sendo o primeiro sobre os antecedentes da guerra na região do Prata, que mostra que a complexa questão das fronteiras entre os vários estados da região não se resolve de maneira satisfatória; no segundo capítulo tratamos da guerra propriamente, especialmente até 1866, quando a derrota de Curupaiti abala o sentimento patriótico brasileiro que surgiu nos primeiros momentos da guerra, levando à uma crise no recrutamento dos voluntários e, no terceiro capítulo, analisamos a presença de ex-escravos e negros livres no contexto do recrutamento para a guerra. O trabalho insere-se na linha de pesquisa de História Social, que busca estudar as experiências de diferentes grupos sociais e suas interações na sociedade, valorizando os aspectos históricos e sociais, como conflito do Paraguai e seu impacto sobre os a vida dos ex-escravos e negros livres que atuaram como voluntários na guerra.

Palavras-chave: Guerra. Paraguai. Escravos. Voluntários da Pátria.

ABSTRACT

This paper aims to study the participation of blacks, former Brazilian slaves as volunteers of the homeland in the Paraguay War (1864-1870), the largest military conflict in Latin American history. The research on the subject of the presence of freedmen and volunteers in the Paraguayan War is justified by the limited attention and scarce material produced by Brazilian historiography, which can be considered a “forgotten” history. The general objective will be the volunteers and blacks in the war, who were previously in civil activities and were now military in the ranks of the imperial army in the fight against Paraguay. This is a bibliographical research, by reading the specific bibliography on the theme of the Paraguayan War and the presence of blacks, volunteers and former slaves in it. It is organized into three chapters, the first of which is the history of the war in the Plata region, which shows that the complex question of the borders between the various states in the region cannot be satisfactorily resolved; in the second chapters we dealt with the war itself, especially until 1866, when Curupaiti's defeat undermined the Brazilian patriotic sentiment that arose in the early moments of the war, leading to a crisis in the recruitment of volunteers, and in the third chapter we analyzed the presence of former slaves and free blacks in the context of war recruitment. The work is part of the research line of Social History, which seeks to study the experiences of different social groups and their interactions in society, valuing the historical and social aspects, such as the Paraguayan conflict and its impact on the lives of former slaves and black free men.

Keywords: Paraguay War. Slaves. Volunteers.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
INTRODUÇÃO	9
1. Disputas de poder político e guerras: as tentativas de consolidação dos Estados nacionais na região do Prata	13
1.1 O Modelo Econômico e Social Paraguaio.....	13
1.2 A Formação do Estado Nacional na Argentina	20
1.3 As Tentativas De Consolidação Da República Oriental Del Uruguay	24
1.4 O império do Brasil na luta pelas fronteiras	26
2. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai	31
2.1. A intervenção do Brasil no Uruguai.....	32
2.2. O teatro da guerra	33
3. A experiência de guerra para a população negra	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo estudar a participação dos escravos brasileiros e dos voluntários da pátria na Guerra do Paraguai (1864-1870), o maior conflito militar da história da América Latina. Entre as causas do conflito, que opunha por um lado a chamada Tríplice Aliança, composta por Argentina, Brasil e Uruguai e, por outro, o Paraguai, estão rivalidades nacionais, disputas de poder entre os Estados da bacia do Prata, especialmente aquelas relacionadas fronteiras na região do Prata e o acesso à navegação na bacia platina. Além dessa problemática, havia também a questão da hegemonia política na região, ligada aos diferentes processos formação do estado pelo que passou a região do Prata no século XIX, após a independência das antigas colônias espanholas.

Conforme Salles, em relação, especificamente, ao Brasil, a questão do conflito girava em torno da abertura do rio Paraguai à livre navegação e à disputa de territórios fronteiriços com a província do Mato Grosso. Outro fator que levou ao conflito bélico relaciona-se aos criadores rio-grandenses, que argumentavam que tinham seu gado roubado por uruguaios. Com a chegada ao poder de Francisco Solano López, em 1862, o Paraguai passou a interferir mais ativamente nos negócios na região do Prata e do Mato Grosso. O governo imperial, que apoiava fortemente os interesses privados dos brasileiros no Uruguai, buscando garantir sua preeminência política. deu apoio ao partido colorado de Venâncio Flores, que se opunha ao governo estabelecido. Em fins de 1864, tropas imperiais invadiram o Uruguai e, como consequência, Solano López, do Paraguai, que havia advertido o Brasil que não admitiria a interferência brasileira, invadiu a província do Mato Grosso, zona de disputa entre colonos e seus respectivos governos havia mais de duzentos anos.

Ao ser deflagrada a guerra, o império brasileiro percebeu a necessidade de organizar um exército forte, que fosse capaz de defender a pátria. O efetivo mobilizado para a guerra era limitado se

comparado à população do país, representando, no final da guerra, 130.000 homens, cerca de 6% da população masculina adulta livre do país à época. Desprovido de recursos bélicos e sem um contingente numeroso, em janeiro de 1865, o governo imperial criou um corpo de militares para a guerra do Paraguai, com a denominação de Voluntários da Pátria.

Outra tentativa de solucionar a falta de contingentes no exército brasileiro para o esforço de guerra foi a decisão de alforriar os escravos que tomassem a decisão de prestar o serviço às forças armadas do Império Brasileiro. O objetivo do Império era aumentar seu contingente para uma campanha direcionada especificamente para o interior do território paraguaio. Aprofundar a experiência desses libertos brasileiros como combatentes na guerra do Paraguai e dos voluntários é o objetivo principal desse trabalho, temática que consideramos de grande interesse para a história social da escravidão e da crise do império.

Consideramos que a pesquisa sobre o tema da presença de libertos e dos voluntários na Guerra do Paraguai se justifica pela reduzida atenção e escasso material produzido pela historiografia brasileira, podendo ser considerada uma história “esquecida”. Esse tema ainda é um tema restrito a meios acadêmicos e pouco trabalhado na Educação Básica. Consideramos também que o decreto imperial que dá a liberdade para escravos em troca do serviço militar, pode ser inserido no corpo de leis relacionados à questão da abolição da escravidão, como a aprovação da Lei do Ventre Livre de 1871 e a Lei do Sexagenário, de 1885, sendo assim é de grande importância para a história das formas de obtenção da liberdade pelos homens e mulheres escravizados no Brasil.

Assim, como objetivo geral, esse trabalho trata dos voluntários e negros na guerra, que antes estavam em atividades civis e, a partir de 1866, fazem parte das fileiras do exército imperial, na luta contra o Paraguai. Procuramos mostrar as formas pelas quais o escravo conseguia a alforria para se engajar na luta e a sua participação no interior da organização militar, destacando as unidades compostas por

negros, sendo uma das mais conhecidas os Zuavos da Bahia.

Em relação a divisão da pesquisa, a mesma será dívida em 3 capítulos, organizados da seguinte forma: no capítulo 1, analisamos o contexto de lutas e disputas políticas pelas fronteiras e navegação dos rios na região do Prata, na primeira metade do século XIX, como a antessala da guerra do Paraguai. Conceituamos também o modelo econômico e social paraguaio e a realidade socioeconômica dos aliados, Argentina, Uruguai e o Império brasileiro.

No capítulo 2, abordamos a guerra, as principais vitórias e derrotas até 1866, quando, no contexto da maior derrota sofrida pela Tríplice Aliança, Curupaiti, o moral das tropas e dos cidadãos brasileiros é abalado, resultando na crise do recrutamento de voluntários, o que leva o Império a recorrer aos escravos.

O capítulo 3, analisamos as formas pelas quais o escravo obtinha sua alforria para se engajar na luta dos aliados contra o Paraguai, a participação dos libertos dentro e fora do conflito e sua participação no interior da organização militar também por meio da Companhia de Zuavos, que se formou na Bahia. A interação entre soldados negros e brancos que integravam os batalhões será também objeto de estudo desse trabalho, buscando iluminar a experiência histórica dos ex-escravos na guerra e dar-lhes visibilidade, retirando-os do local ao qual a historiografia até pouco tempo os colocou, detrás dos “quadros dos heróis emoldurados”, como faz referência o título desse trabalho, extraído do samba enredo da escola de samba Estação Primeira de Mangueira, para o carnaval de 2019.

Essa é uma pesquisa bibliográfica, realizada a partir da leitura da bibliografia específica sobre o tema da Guerra do Paraguai e da presença de negros livres, voluntários e ex-escravos nela. Para a análise das questões relacionadas ao tema, adotamos como referenciais os importantes trabalhos de Francisco Doratioto, Ricardo Salles e Vitor Izecksohn, que, desde os anos 2000, constituíram o que chamamos de uma “nova história” da Guerra do Paraguai, revisando teses clássicas, como é o caso de Doratioto, mas, principalmente, trazendo novos temas de História Social para o tema da Guerra, como

a participação dos ex-escravos.

1. Disputas de poder político e guerras: as tentativas de consolidação dos Estados nacionais na região do Prata

Após os processos de emancipação política das antigas colônias espanholas da região do Prata, as economias locais estavam, praticamente, arruinadas, após vinte anos de guerra. As novas repúblicas eram, assim, muito frágeis. Os governos, por outro lado, não tinham ainda muita força política, não tinham ainda muita legitimidade política para inspirar a confiança da sociedade. Nesse contexto, a partir da década de 1830, uma série de conflitos entre liberais e conservadores, unitaristas e federalistas, blancos e colorados, estouraram por toda a América do Sul, extremamente violentos de ambos os lados. Nesse contexto, uma sucessão de caudilhos ocuparam o poder por muitos anos, na região do Rio da Prata, como Rosas, que dominou a Argentina entre 1829-52 e Francia, no Paraguai, que dominou o poder de 1814 a 1840. Muitas das questões políticas e econômicas desse período de formação dos estados nacionais se relacionam ao domínio político e à navegação dos rios na região do Prata e não conseguem chegar a acordo satisfatório para os diferentes projetos políticos e sociais envolvidos.

1.1 O Modelo Econômico e Social Paraguaio

O primeiro governante do Paraguai como país independente foi Gaspar Rodríguez de Francia (1776-1840). Província mais periférica do antigo império espanhol, o Paraguai tornou-se, oficialmente, a primeira república da América do Sul, reconhecida como tal pelo Congresso Constituinte de 1813, realizado na Catedral de Assunção. Foi instaurado então, um Consulado, com dois cônsules, sendo que o ano consular foi dividido em três períodos de quatro meses de governo de cada cônsul. Numa mostra prévia da concentração de poder que ocorreria nos anos seguintes, Francia assumiu o governo de dois dos três consulados, como chefe da nova república e comandante geral das Forças Armadas (NUÑEZ, 2015).

E, de fato, no ano seguinte, Francia foi designado, com poucos votos contra, *Ditador Supremo*, por um Congresso, que excluía os

membros da Igreja, “pois seu estado e instituto os separa de misturar-se com negócios populares” e cujos delegados, em sua maioria, “eram homens pobres, sobretudo moradores do campo” (ROBERTSON apud NUÑEZ, 2015, p.122).

Se concordou e resolveu por aclamação pública da generalidade do Congresso, a exceção de um ou outro indivíduo dissidentes, que o mando e governo da província que ao presente tem estado em dois cônsules, fique reunido no cidadão José Gaspar de Francia, com o título de Ditador Supremo da República, com o mesmo tratamento do governo antecedente pelo tempo de cinco anos [...] (Ata do Congresso Geral de 3 de outubro de 1814 apud NUÑEZ, 2015, p. 122)

Em junho de 1816, em novo Congresso Geral, a maioria dos delegados (representantes políticos) decide transformar o caráter temporal da ditadura em “perpétuo”, com a justificativa de que “um governo com amplos poderes era a melhor garantia de manter a independência e alcançar a segurança no campo e em toda a República” (NUÑEZ, 2015, p.123). Francia se torna então Ditador Perpétuo da República. O Congresso nunca mais se reuniu, enquanto Francia viveu. No entanto, é preciso destacar algumas diferenças entre o regime implantado no Paraguai e os que surgirão na América Latina, no século XIX, após os processos de independência, e mesmo no século XX. Como observa Nuñez,

À diferença de outras regiões, [Francia] não o fez a partir das armas nem de quarteladas ou guerras civis. Em rigor, a Ditadura não surgia “usurpando” o poder mas como resultado do processo independentista que se expressou através de três Congressos nacionais que tiveram sua representação eleita por grande parte da população. (NUÑEZ, 2015, p. 124)

Como escreve Nuñez (2015), a ascensão de *El Supremo* ao poder absoluto marca o fim dos conflitos de independência na região do Prata e iniciava o longo processo de formação e consolidação do Estado nacional no Paraguai, tendo como base o campesinato, cujas aspirações e importância política Francia soube interpretar, ao contrário da elite *criolla* da região do Prata, e um setor de *estancieros*,

que, até então, estava isolado do poder político. Destes grupos saíram os novos delegados, juízes e oficiais do exército do país em formação.

Como observa Nuñez, Francia chegou ao poder pelas mãos setores rurais, mas seu projeto de país era “intransigentemente nacionalista”, sentimento expresso em ofício a um comandante do exército, quando o ditador soube das intenções da Espanha de recuperar as antigas colônias da América

Vossa Mercê já deve ter ouvido sobre essa expedição que atravessa os mares para inquietar e invadir países estrangeiros e pacíficos. Eu, antes, quero morrer que voltar a ver minha Pátria oprimida na escravidão, tenho a satisfação de crer que o general de cada republica pensa o mesmo e, assim, anime Vossa Mercê aos nossos compatriotas desse território, exortando-lhes, incessantemente, a sustentar a causa da Pátria (Ofício ao Comandante de Pilar, 14 de junho de 1815 apud NUÑEZ, 2015, p. 127)

Do ponto de vista econômico, o projeto de Francia destacava a necessidade do desenvolvimento do mercado interno e da resolução do histórico problema da ligação do comércio do Paraguai com o mercado internacional. Com esse objetivo, Francia possuía a intenção de fazer com que existisse a livre navegação nos rios o fim das alfandegas internas. Buenos Aires dominava, então, o acesso a toda a bacia fluvial do Prata, utilizando o princípio de soberania sobre os rios interiores, o que impedia que as outras províncias do litoral comerciassem diretamente com o mercado internacional.

É importante também destacar que a defesa do projeto nacionalista de Francia foi feita por setores da sociedade – pequenos proprietários e comerciantes urbanos e trabalhadores rurais dedicados à subsistência – que não estavam envolvidos no comércio de exportação e que, portanto, não sofriam com os obstáculos colocados por Buenos Aires, como era o caso das cerca de cem famílias paraguaias que, desde a província, dominavam o comércio externo. (NUÑEZ, 2015)

Entretanto os comerciantes dos portos de Buenos Aires e

Montevideu não tinham interesse na abertura da navegação do Rio da Prata e cobravam elevadas taxas para a sua navegação, sendo que Buenos Aires era o principal centro de financiamento e de mercado para a produção de erva-mate e tabaco paraguaios. E Artigas, do Uruguai, tinha um projeto diferente de Francia: exigia liberdades comerciais e rejeitava o centralismo de Buenos Aires sobre as antigas províncias do Vice-reino do Prata, mas não considerava fundamental que as províncias do interior se tornassem estados nacionais independentes, ao contrário de Francia.

Naquele momento, a Argentina ainda se recusava a reconhecer o Paraguai como país independente. Os comerciantes de maior importância do porto de Buenos Aires, reconhecidamente a principal região do Prata, possuíam a intenção de fazer a reunificação de toda essa região platina (DANTAS, 1984). Dessa maneira, o Paraguai se viu na obrigação de idealizar uma política de desenvolvimento autossustentável – diferentemente dos outros países dessa região – em que o Estado realizava o controle de toda a economia, fazendo com que a estrutura socioeconômica fosse direcionada para os reais anseios da população, de modo a assegurar a independência do país. A referida política não contava com as ações de burocratas e cortesãos, ressaltando, assim, que essa medida “foi uma resposta à ameaça portenha contra a independência paraguaia, e não se deve concluir que o modelo de desenvolvimento econômico foi livre opção de ditadores afeiçoados ao povo” (PEREIRA, 1987, p. 222).

Sendo assim, o governo de Francia entendia que os grandes proprietários e comerciantes tratavam-se de categorias de grande perigo, isso porque eles eram potenciais aliados de Buenos Aires. No decorrer de seu governo, o Estado realizou significativos ataques aos privilégios obtidos pelos mais ricos, pelas oligarquias de seu país, realizando então inúmeros confiscos de terras cujos direitos de propriedade esses grupos não foram capazes de comprovar (DANTAS, 1989). Em seu governo também, os bens e propriedades da Igreja Católica acabaram sendo nacionalizados por meio de confiscos. Começando assim a colocar em prática a primeira e relevante reforma agrária da América do Sul, onde cerca de 50% das terras acabou sendo arrendada para que os camponeses e indígenas

pudessem ter onde plantar, recebendo ainda implementos agrícolas para tanto, assim como também sementes e cabeças de gado. Existiam assim inúmeras fazendas que o Estado controlava diretamente.

Cabe ressaltar ainda que, no ano de 1840, o Paraguai possuía uma quantidade extremamente pequena de analfabetos e que o “seu desenvolvimento agrícola permitia-lhe produzir tudo quanto sua população necessitava e sua atividade industrial era capaz de produzir ferramentas, armas e outros utensílios” (LUCCI, 1985, p. 37).

A oposição ao regime de Francia, no entanto, era duramente reprimida. Conforme Doratioto, toda a oposição, ou o ditador compreendia como sendo uma, ele ordenava o fuzilamento de quem fosse somente um suspeito de conspirar, não autorizava ainda que estrangeiros entrassem no país e impossibilitava a realização de viagens de paraguaios para outros países (Doratioto, 2002).

A longa ditadura de Francia, no entanto, isolou aquele país, ao cortar relações diplomáticas e comerciais com os outros, exceção feita ao Brasil. Proibiu a imigração, tentou certa autossuficiência baseada na agricultura e na indústria artesanal. O projeto de país de Francia era um projeto, essencialmente, anticolonialista, que abriu espaço para uma obra de caráter nacional- independente sim, no entanto, modificar as relações de produção entre as distintas classes sociais nem alterar a base da economia paraguaia, que era uma combinação entre um modelo centrado na exportação de erva mate, tabaco e madeiras para o mercado regional e uma economia de subsistência no plano interno. A opção pelo isolamento econômico e político, com o objetivo de garantir sua independência e gerar condições mínimas de desenvolvimento material levou ao enfrentamento com Buenos Aires, dona do principal porto e da principal alfândega da região do Prata, que só reconheceu a independência do Paraguai em 1852. (Nuñez, 2015, p. 246). Francia estabeleceu monopólios estatais, controlou o comércio exterior e proibiu a saída de metais preciosos como forma de gerar ou reter recursos necessários para sustentar o funcionamento do estado nacional, sobretudo para erguer um exército capaz de enfrentar a ameaças externas. IDEM. Conforme Nuñez (2015), o projeto nacionalista de Francia foi importante para criar as bases do Estado nacional, mas as mudanças políticas e administrativas implantadas não foram suficientes para eliminar as contradições

sociais. À época da sua morte, o problema da navegação dos rio continuava sem solução e as fronteiras do Estado paraguaio com seus vizinhos também não eram claras. No aspecto econômico, o Paraguai conseguiu acumular um patrimônio estatal considerável e contava com as finanças equilibradas, porém necessitava se abrir ao mercado externo, porque não era autossuficiente em muitas áreas.

Os dois ditadores que sucederam Francia no poder, Carlos Antonio López (1840-1862) e seu filho, Francisco Solano López (1862-1870), se afastaram de El Supremo em dois pontos importantes: abriram o país ao comércio exterior e iniciaram uma rudimentar modernização do país, trazendo para o Paraguai imigrantes e técnicos estrangeiros. O sucessor imediato de Francia, Carlos Antonio López, que governou até 1862, realizou a contratação de cerca de 250 técnicos e profissionais europeus com o objetivo de implantar conhecimentos e tecnologias avançadas da época à construção de estradas de ferro, siderurgia, marinha mercante e de guerra e realizar prospecções e estudos sobre minas. Além disso, López enviou numerosos estudantes para o exterior, com o objetivo de modernizar a economia paraguaia. Especialmente após 1852, quando ocorre a abertura dos rios à navegação (Lucci, 1985). Entre 1853-54, López enviou seu filho e futuro sucessor, à Inglaterra, Francisco Solano López para adquirir produtos e técnicos da construção naval e de Engenharia, transformando o Paraguai em um dos principais clientes da Inglaterra. (Lynch, 1995, p. 309).

Em 1850, o Paraguai inaugurou uma marinha mercante estatal com barcos a vapor, em 1856, fundou um arsenal com capacidade para fabricar canhões e apetrechos navais. Em poucos anos, se instalaram fábricas, uma fundição e um sistema de telegrafo. Lynch destaca, no entanto, que se tratou, basicamente, de criar uma infraestrutura com finalidade militar que para promover o desenvolvimento propriamente. “Em certo sentido, o governo paraguaio importou uma classe média inteira: engenheiros, arquitetos, médicos, professores, comerciantes e artesãos”, escreve o historiador (Lynch, 1995, p. 309).

Do ponto de vista do regime de governo, numerosos regulamentos administravam os mais diversos setores da sociedade. Para exemplificar, não era permitido que se circulassem jornais que não fossem do próprio Paraguai, os sinos usados em Igrejas

precisariam respeitar as normas presidenciais, assim como também as ações dos Bispos, etc.

Desde Francia, a economia do Paraguai foi capaz de apresentar um bom desenvolvimento sem que necessitasse dos empréstimos estrangeiros em função do seu isolamento e de fechar seu mercado ao exterior. Destaca-se que os paraguaios nunca pagaram imposto. Todo o desenvolvimento acabava sendo pago às custas do Tesouro nacional. O país vivia exclusivamente do monopólio da erva-mate, situação em que o Estado realizava a sua compra junto ao produtor por 1 shilling a cada libra e a revendia de 24 a 32 shillings. Carlos A. López, no entanto, acabou consumindo os recursos financeiros que foram obtidos durante o governo de Francia, buscando maior modernização do País, realizando a importação da tecnologia e buscando a contratação de novos técnicos, além das importações de bens de consumo, de origem inglesa.

Toda essa evolução econômica e autônoma apresentada pelo país era algo excepcional em toda a América Latina, levando em consideração que os demais países acabavam tendo que recorrer diversas vezes aos banqueiros estrangeiros, especialmente aos ingleses.

Em 1862, Francisco Solano López sucede ao pai no governo do Paraguai, criando o “caudilhismo hereditário”, um fenômeno novo na América do Sul (LYNCH, 1995, p. 310). Educado para exercer o poder, toda sua formação foi pensada para converter-se em um líder militar de um novo Paraguai.

Não só admirava a tecnologia britânica, mas também as ideias imperiais de Napoleão III. Sonhou com um império sul-americano, governado a partir de Assunção e dirigido por López II. [...] Quando sucedeu ao pai, decidiu projetar esta nova força ao exterior e converter o Paraguai em guardião do equilíbrio político do Rio da Prata (LYNCH, 1995, p. 310).

1.2 A Formação do Estado Nacional na Argentina

A região da atual Argentina foi, durante o período colonial, uma área muito pouco interessante do ponto de vista econômico para a coroa espanhola. O território argentino, então, não ia muito ao sul de Buenos Aires, onde vivia um grande número de índios. Sua economia era, principalmente, agrícola, de exportação para o Chile, de videiras e

milho. Na década de 1840, a criação de gado se expande para o litoral, com as exportações do couro e chifres. Havia uma destacada criação de ovelhas em Buenos Aires, criadas por imigrantes irlandeses, cuja produção era exportada.

Segundo Donghi (1975), o território argentino estava dividido em três regiões distintas. Em primeiro lugar, Buenos Aires, que era rica por causa dos pastos e, principalmente, por causa do porto que escoava toda a produção da região. Outra região era o litoral dos rios, que pretendia a livre navegação destes rios para escoar a produção pecuária. Outra ainda, era o interior, que vivia da agricultura de subsistência e do artesanato. Essas três regiões tinham interesses econômicos diversos e, às vezes, contraditórios, o que fez com que durante décadas vivessem um contexto de lutas pelo poder político, pois os setores de Buenos Aires eram partidários da centralização política, tendo como sede a cidade de Buenos Aires. Já os interesses particulares levantaram a bandeira da federação. Em 1819 é sancionada a primeira constituição e em 1820 os caudilhos do litoral derrubaram a constituição. Começava então um longo Período de autonomia das províncias, cuja exceção foi entre 1826-27, sob a presidência de Rivadavia.

Durante a década de 1830, três caudilhos dominam a vida política argentina, que estava dividida em duas facções: uma sob a liderança da cidade de Córdoba, que compreendia as regiões do interior, e outra, liderada por Rosas (Buenos Aires) e Lopez (Santa fé). Os primeiros defendiam um estado unitaristas centralizado e os outros, um estado federalista. Com a morte de Quiroga, em 1835, e Lopez, em 1838, Rosas passa a dominar o cenário político. Todos os governadores de províncias delegam a direção da futura nação a ele, que permanece no governo até 1852.

Juan Manuel Rosas (1829-52), se configurou como uma das figuras mais representativas do caudilhismo na região do Prata. Militar ligado ao processo de expansão das fronteiras, Rosas tornou-se um dos maiores latifundiários da província de Buenos Aires e representava os interesses de uma elite provincial que ao longo de seu governo – 1829 a 1852, com um intervalo entre 1832 e 1835 – viveu uma hegemonia conservadora que combatia os ideais liberais que serviram de base para o processo de independência da região.

Dentro das disputas pelo projeto de país independente a ser

estabelecido, Rosas era o representante do ideal conservador-federalista. Já a elite intelectual portenha defendia uma política liberal-centralizadora, que tivesse como centro a cidade de Buenos Aires. Apesar da fragmentação do poder entre os chefes provinciais, nas relações internacionais Rosas representava os interesses das Províncias Unidas, que detinha o controle do porto de Buenos Aires, assim como sob o controle a navegação no Prata.

Seu governo caudilhista, no entanto, foi marcado pela luta de outras províncias contra ele, entre outros motivos por não ter dado uma constituição ao país, alegando que, enquanto as províncias não se organizassem internamente, não poderiam se organizar em federação. Nesse período, intelectuais argentinos perseguidos por Rosas migraram para o Chile e Uruguai e lá formou-se uma oposição contra ele, a “geração de 1837”, da qual saíam alguns presidentes da Argentina. A luta contra Rosas, porém, só tem sucesso em 1852, quando uma frente formada pelo governador da província de Entre Rios, Urquiza, o líder do partido Blanco, no Uruguai, Rivera, e o Brasil, se unem e derrotam Rosas na batalha de Caseros. Com a deposição de Rosas, busca-se um acordo entre as elites das Províncias Unidas do Prata, com a formulação de uma constituição que viesse a atender ideais Federalistas e Unitaristas, o que acontece em 1853.

Pela Constituição de 1853, a Argentina era um Estado liberal, republicano e federal. Declarava que os rios interiores tinham livre navegação, resolvendo o velho problema das províncias do litoral. O Poder Executivo era forte e as eleições eram indiretas, mostrando o temor dos liberais diante de uma elite que sempre havia apoiado os caudilhos, especialmente Rosas. Podemos observar, a partir das características da Constituição argentina de 1853, que um de seus principais objetivos era a organização do desenvolvimento econômico do Estado. Seu Artigo 67 indicava as tarefas do estado:

[...] promover a indústria, a imigração, a construção de estradas de ferro, canais navegáveis, colonizar terras de propriedade nacional, introduzir e estabelecer novas indústrias, importar capitais estrangeiros e explorar rios interiores, por leis protetoras e por concessões temporárias de privilégios e recompensas de estímulos.

O fim dos impasses entre unitaristas e federalistas na Argentina, entretanto, só termina em 1862, quando Buenos Aires aceitou a Constituição e Bartolomé Mitre é eleito Presidente da República Unida da Argentina. Conforme Donghi, só então, consolida a estrutura de Estado-Nação, através da legitimação de um representante de todo o país, assim como a promulgação de uma constituição que passa a ser aceita por todas as províncias.

A partir de Mitre, um conjunto de idéias liberais modernizantes da economia foi executado, com aqueles objetivos prioritários presentes na Constituição: a construção de estradas de ferro, a vinda da mão-de-obra imigrante, o fomento da agropecuária, além da dedicação à educação pública. Domingos Sarmineto, autor de *Facundo Quiroga, civilização ou barbárie*, sucede Mitre e Julio Roca sucede a Sarmiento. Para historiografia da América Latina, esses três presidentes fundaram a Argentina moderna. É bom destacar que, somente em 1881, a constituição formal do estado nacional se conclui na Argentina, com a transformação de Buenos Aires em capital do país.

Do ponto de vista econômico, a partir da década de 1850, o desenvolvimento começa a ser retomado na região do Prata, após décadas de guerras de independência e períodos de estagnação econômica. Na Argentina, ocorre a expansão do comércio por causa da Guerra da Criméia, que isolou os comerciantes russos dos mercados ocidentais e também por causa do avanço da indústria de calçados, que passou a produzir em massa, contando com mão-de-obra imigrante europeia, característica marcante da Argentina no período

Donghi (1975) destaca que as décadas de 1810-69 foram anos de submissão total da economia ao caudilhismo e aos interesses locais, como a agropecuária no litoral, como sendo interesses nacionais. Neste período, a Argentina próspera era a Argentina de Buenos Aires e do litoral cerealista, destaca o autor. A partir de 1860, a Argentina passa por um período de grande prosperidade econômica, tristemente assentada nas Campanhas do deserto – série de campanhas organizadas pelo governo argentino para expulsar os índios da região dos pampas, na chegada de imigrantes e em uma produção agrária muito forte.

Ressaltamos ainda que a Argentina possuía, no ano de 1864,

uma população formada por 1.737.076 de cidadãos, já o seu comércio exterior alcançava cerca de 8.951.621 libras esterlinas, conseguindo arrecadar aproximadamente 1.710.324 em impostos, com um exército de 6.000 soldados. Sua Marinha contava com quatro canhoneiras, quatro vapores mistos e uma corveta. Pouco antes do começo da guerra, o Paraguai possuía alguns campos de treinamento, com, aproximadamente, 64 mil homens.

1.3 As Tentativas De Consolidação Da República Oriental Del Uruguay

Antes dos processos de independência da América espanhola, a cidade de Montevideu se apresentava como a principal oposição aos interesses de Buenos Aires, em parte por ainda ser comandada por um representante da coroa espanhola, Xavier Elio, mas também pelo apoio dado a ele pelas elites *criollas* uruguaias, principais concorrentes comerciais de Buenos Aires. Após o processo de emancipação política da Argentina, têm início as disputas entre unitários e federalistas e o processo de formação do Uruguai se insere neste contexto. Em 1860, as vésperas da guerra, contava com uma população de cerca de 229.000 habitantes

Geograficamente, o Uruguai é um país com pequenas dimensões territoriais, possuindo, hoje, cerca de 177.508 km², sendo um país banhado pelo Rio da Prata, o Oceano Atlântico à leste e o Rio Uruguai à oeste. Faz fronteira com o Brasil, no extremo sul do país.

Tal posicionamento criou uma relação muito próxima entre portugueses e *orientais*, muitas vezes belicosa. Fato que ilustra esta proximidade foi a fundação da Colônia de Sacramento pelos portugueses em 1680, interessados na excelente posição estratégica e comercial do Rio da Prata. (TARTA e SCAVONE, s.p.)

O Uruguai transitava entre o federalismo das Províncias, conduzido pelo caudilho e chefe dos Orientais, José Artigas, e o unitarismo portenho, relacionado diretamente com o porto de Buenos Aires. Conforme Guazzelli (1998), Artigas mobilizou a população pobre da Campanha oriental para a luta, por meio de um programa social e político radical. De origem social diferente de muitos líderes da

América Latina, Artigas pertencia a uma família modesta e teve que ganhar a vida desde jovem, inclusive se envolvendo com contrabando de gado na região. Não frequentou escolas formais ou universidades, mas teve a formação do campo, junto aos gaúchos, que resultou em uma liderança caudilhesca devido ao prestígio pessoal junto à população do campo e conhecimento do território.

À semelhança de Francia, Artigas defendia projeto social alternativo, com a divisão das terras na forma de pequenas propriedades e a diversificação da agricultura, não favorecendo as grandes estâncias de gado. Esse reformismo social e econômico era a base do estado independente que surgiria na Banda Oriental e representava uma ameaça aos interesses dos grandes proprietários de terra brasileiros presentes na região. Assim, em 1821, as oligarquias rurais portenha, oriental, rio-grandense e o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves articularam a ocupação luso-brasileira da Banda Oriental querendo derrotar o movimento de Artigas. Feita a ocupação, a Banda Oriental foi renomeada como Província da Cisplatina e tornou-se colônia portuguesa integrando às demais províncias do Brasil. Em 1825, no entanto, forma-se o chamado "grupo dos 33 *Orientales*", contra a ocupação luso-brasileira, e que logo se transforma em exército e invade a província. Esse foi o primeiro grande choque entre as potências platinas após os processos de emancipação política.

Após a tomada de Montevidéu, instala-se um governo provisório que vota a independência da Banda Oriental do Brasil, mas decide-se aderir a uma federação regional com a Argentina. O Tratado de Montevidéu, no entanto, datado de 1828 e patrocinado pela Inglaterra, criou o Uruguai como estado independente, sendo a primeira constituição do recém-formado país adotada a 18 de Julho de 1830.

Após a guerra, Rosas foi eleito governador de Buenos Aires, e de uma entidade política denominada Confederação Argentina que, entre 1835 e 1852, era formado, a partir de tratados interprovinciais, por *unitaristas* argentinos (os que defendiam regimes fortes e centralizados para os novos estados, ao contrário dos federalistas) do Uruguai e uruguaios *blancos*, com o objetivo de recuperarem o poder

perdido aos presidentes federalistas, como Fructuoso Rivera, primeiro presidente do Uruguai, *colorado*.

Desejoso de recriar o antigo Vice-Reinado do Prata, Juan Manuel Rosas colocou em prática uma política de intrigas, resultando em muitas discórdias e tendo como consequência inúmeras revoltas contra Rivera, representantes dos colorados e dos interesses econômicos de Montevideú. Essas disputas políticas levam a uma guerra entre 1851 e 1852, travada no Uruguai, no Rio da Prata e na Argentina, entre a Confederação Argentina por um lado e uma aliança formada entre Brasil, colorados do Uruguai e as províncias de Entre Rios e Corrientes, que se revoltaram contra Rosas.

A participação do Brasil no conflito relaciona-se, mais uma vez, à questão da navegação na região do Rio da Prata, que era o único acesso a algumas províncias do Império e ao seu comércio. O imperador enviou tropas contra a Argentina e o Uruguai, derrotando e transferindo o governo argentino e uruguaio para José Urquiza e Fructuoso Rivera, respectivamente. Dessa forma, mesmo que precariamente, o Brasil mantinha seus interesses no Prata pela força de suas armas. A paz vai durar apenas pouco mais de dez anos na região e, fatores muito semelhantes aos que predominaram na região do Prata após os processos de independência das antigas colônias, levarão ao maior conflito bélico da história da América do Sul.

1.4 O império do Brasil na luta pelas fronteiras

O império brasileiro ao longo do século XIX, viveu contextos bastante diversificados, sendo alguns definitivos para os desdobramentos posteriores da sua história. À abdicação de D. Pedro I, em 1831, segue-se um período de grandes agitações políticas e sociais, de norte a sul do império. Como escreve Morel, do ponto de vista político, o Império era um “mosaico de formas de participação política (Morel, 2003, p. 38). A abdicação de D. Pedro I marca também a eclosão de uma nova fase na história do Brasil, marcada por inúmeras rebeliões e pela reorganização das forças políticas.

Três grupos, tratados por partidos, mas que, na verdade não eram partidos como entendemos hoje, mas grupos que compartilhavam as mesmas ideias políticas. Os liberais moderados representavam os interesses dos grandes proprietários agrários e tinham por objetivos manter o exclusivismo na participação política, a escravidão e a monarquia como forma de governo, porque estava associada à manutenção da escravidão. Os liberais exaltados, apelidados de farroupilhas, representavam os interesses das camadas urbanas e valorizavam a soberania popular, a descentralização administrativa, condenavam a escravidão e queriam a abolição de forma gradual. E o “partido” restaurador, antigo partido português cujos membros eram apelidados de caramurus. Esses tinham como principal objetivo articular o retorno de d. Pedro 1º ao trono imperial. Assim, defendiam um regime absolutista e centralizador. (Morel, 2003).

Em 1834, o Brasil viu a sua Constituição passar por uma reforma, elevando assim o nível de autonomia dado às províncias, excluindo o Conselho de Estado, que viria a ser ativado novamente algum tempo depois, e conservando a força do Senado e a eleição popular do Regente. Essa Regência estipulou ainda, no ano de 1831, que o tráfico de escravos não poderia mais ser realizado. As medidas descentralizadoras levaram a inúmeras revoltas contra a ordem constituída no decorrer da Regência, que durou entre os anos de 1831 a 1840. Eram três as províncias que dividiam o Brasil, sendo elas a Bahia, o Pará e o Rio Grande do Sul. Mesmo com essas revoltas, o Brasil Império foi capaz de continuar.

Nesse período, inúmeras foram também as ações contra os portugueses que estavam administrando o país, por meio de funcionários e soldados, ou seja, através da “tropa e povo” (CARVALHO, 2012). Foram realizadas revoltas nas cidades de Salvador, Recife, Bahia, entre outras, ressaltando ainda que a economia nacional, naquele momento, era formada pelas exportações de açúcar e de algodão produzidos na Região Norte e também a do café da região Sudeste, sendo que cerca de 80% das receitas do

comércio exterior eram consequentes das operações em questão (CARVALHO, 2012).

Anunciada pelas elites econômicas como única forma de recuperar a ordem no país, a centralização do poder nas mãos do imperador pôs fim ao breve período regencial que, nas palavras de Joaquim Nabuco, fora uma experiência republicana (MOREL, 2003). Após derrubar a regência, as elites das grandes províncias, que perceberam a necessidade de ter um comando centralizado para manter seus interesses, podiam se sentir em paz. Em 1847, criou-se o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, sendo o responsável pelo Poder Executivo. O Poder Moderador, que era uma responsabilidade do Imperador, passou a ser utilizado com o intuito de eliminar a Câmara nas ocasiões em que essa apresentava oposição.

Do ponto de vista do trabalho escravo, a primeira metade do Império brasileiro, devido ao café, foi responsável pela entrada do maior volume de escravos da História, 1.400.000 africanos escravizados chegam aos portos do Brasil, especialmente Rio de Janeiro, entre 1800-1850, o que leva também ao aumento de fugas e revoltas de escravos (Marquese, 2006). Depois de 1860, a grande região cafeeira se transferiu do Vale do Paraíba fluminense e paulista para a chamada região do Oeste Paulista. O avanço foi extraordinário, mesmo com o fim do tráfico atlântico de escravos, a tal ponto que, na última década, do império o café representava ainda 60% das exportações brasileiras.

A paz do Segundo Reinado foi selada com a assinatura de um acordo, embasado pelo Ministério da Conciliação, ficando em vigor até o ano de 1861. Até a Guerra do Paraguai, esse foi um período de tentativas de maior integração geográfica do país, de avanços no sistema financeiro do país. Conforme observa Barrio (2011), entre 1850 e 1860, o Brasil não hesitou em promover seus interesses no Prata por meio de intervenções constantes nos assuntos das repúblicas vizinhas. Segundo o autor, esse intervencionismo já foi interpretado como necessidade diplomática de evitar a instabilidade política na região, como retrato da ambição territorial na região e como

simples interesse na navegação do Rio da Prata.

No momento da guerra, o Brasil era o maior país em extensão e em população entre todos da América do Sul. As exportações de café, açúcar e algodão eram extremamente superiores quando comparadas com as dos demais países envolvidos no conflito. O número de escravos era também maior que a população do Paraguai. No ano de 1862, um ministério liberal chegava ao poder após a hegemonia conservadora que durava desde 1848. No cenário internacional, a imagem do Brasil estava abalada devido à Questão Christie¹, que levou ao rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra por mais de dois anos (1863-1865), resultando, assim, em uma complicada discussão referentes a renovação do Tratado Comercial e as ações para a extinção do tráfico de escravos. A volta das relações da Inglaterra com o Brasil no ano de 1865, permitirá o financiamento da guerra através de créditos obtidos no mercado inglês.

O fato é que, desde a década de 1840, como vimos, o império já vivia crises ligadas a região do Prata. Em 1849, observa Schwarcz (1998), a crise ministerial, quando o Marques de Olinda sai do ministério, estava relacionada a impasses da política do Prata. Segundo a autora, o ministério não chegava a um acordo sobre a maneira como lidar com o caudilho Rosas, que, até 1852, como vimos acima, ambicionou reconstituir o antigo vice-reinado do Prata, tendo já dominado o Uruguai com o apoio de Oribe e ameaçando as fronteiras do Rio Grande do Sul. Olinda sabia disso mas insistia em continuar negociando com Rosas. Por causa disso foi afastado da presidência do ministério e no seu lugar entrou, em 1848, Eusébio de Queirós, ministro da Justiça. “Visconde rio Branco, Marques de São Vicente, Sinimbu, são nomes que surgem neste contexto, eram eles que faziam o grosso do trabalho, embora as decisões fossem do monarca”, escreve Schwarcz (Schwarcz, 1998, p. 455). Desde então, os negócios na região do Prata foram o principal tema da política internacional do Segundo Reinado.

1 Em 1º de janeiro de 1863, logo após as celebrações de Ano Novo, a cidade do Rio de Janeiro amanheceu em polvorosa. Embarcações da Royal Navy britânica chefiadas pelo almirante Richard Laird Warren (1806-1875) haviam entrado na baía de Guanabara e apresado doze navios brasileiros que encontraram pela frente. Diante do incidente, teve início uma série de tumultos por toda a cidade. Enquanto discursos em defesa da soberania brasileira eram proferidos em diversas praças públicas e o imperador era interceptado na rua por súditos inflamados, o Consulado britânico foi cercado por uma multidão que procurava por William Dougal Christie (1816-1874), plenipotenciário britânico que havia ordenado o ataque.

2. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai

Como vimos no capítulo anterior, as incertezas do pós-independência na região do Prata acirraram, ao longo do século XIX, as disputas por territórios e fronteiras dos estados. Como escreve Izecksohn (2011), o que estava em xeque não era só a ameaça externa (representado pelo Brasil e, antes disso, pelas possíveis tentativas da Espanha de recolonizar a América) mas também, as desconfianças quanto às disputas de interesses num espaço limitado. Como observa Salles (s.d.), a partir de 1851, o Império passou a atuar ativamente na região do Prata tendo se aliado a José Urquiza, caudilho das províncias argentinas de Entre Ríos e Corrientes, para derrotar Juan Manuel Rosas, governante de Buenos Aires.

A partir da década de 1860, o Paraguai passou por mudanças na forma de governar, o isolamento da época de Francia deu espaço para os acordos diplomáticos, pois percebeu-se que o comércio internacional era de vital importância para a manutenção da economia interna. Assim, o governo paraguaio, como o do Brasil, defendia o respeito ao equilíbrio de poder na bacia do Prata e, principalmente, a livre transação de mercadores pelos rios da região.

Essa afinidade de interesses do Paraguai com o Brasil, no entanto, se rompe quando uma nova crise política entre blancos e colorados se abre no Uruguai. Em 1863, Venâncio Flores tenta derrubar do poder Bernardo Berro, líder blanco que governava com o apoio de uma coalizão de blancos e colorados. Apoiado pela Argentina do unitarista Mitre, os colorados declaram uma guerra civil contra o governo blanco de Atanasio Aguirre, que substituiu Berro, o que rapidamente, desestabilizou toda a região do Prata. Aguirre, abandonado pelos colorados uruguaios, busca ajuda do governo de Solano López e dos federalistas argentinos. A grande presença de brasileiros no Uruguai levou o Brasil a intervir em mais esse conflito platino.

2.1. A intervenção do Brasil no Uruguai

A ameaça de uma guerra já era sentida pelos proprietários de terras brasileiros no Uruguai, que estavam sofrendo violenta perseguição pelas forças uruguaias. Segundo Izecksohn (2011), na década de 1860, os cidadãos brasileiros controlavam cerca de 30% do território uruguaio. Isso fez com que os fazendeiros brasileiros do Uruguai se juntassem e optassem por enviar Antônio de Sousa Netto, conhecido general farroupilha, para o Rio de Janeiro, com o intuito de discutir pessoalmente com D. Pedro II, levando para ele os seus desejos.

O Conselho de Ministros enviou então para o Prata o conselheiro Saraiva com o intuito de negociar e solucionar, de uma vez por todas, o problema, mas se deparou com mais dilemas. O ministro argentino Elizalde afirmava a neutralidade da Confederação Argentina, os rio-grandenses pressionavam o Império afirmando que “se a nacionalidade não serve a nossos compatriotas para serem respeitados no exterior, não lhes servirá para nada mais”, trazendo à tona o fantasma da secessão farroupilha (GUZZELLI, 2009, p. 77)

[...] cada vez mais os assuntos das regiões-províncias se impunham, e os Estados nacionais em construção tinham enormes dificuldades em resolvê-los. Para o Brasil, o envolvimento na questão oriental tornava-se mais satisfatório do que uma ruptura com os “senhores guerreiros” do Rio Grande, fundamentais para qualquer política impositiva do Império no Rio da Prata (GUZZELLI, idem, ib.)

As negociações não tiveram êxito e o Império do Brasil, temendo outro movimento separatista na região, unificada em 1845, interveio na guerra civil uruguaia, em 1864, provocando o fim da aproximação ao governo de Solano López. Em novembro e dezembro, o exército brasileiro invadiu o Uruguai através da cidade fronteiriça de Melo, tomando Montevideo e bombardeando as cidades de Salto e Paysandú. Nesse contexto, o Uruguai se aliou ao Paraguai, pedindo

ajuda para se defender, mas não obteve êxito em seu pedido.

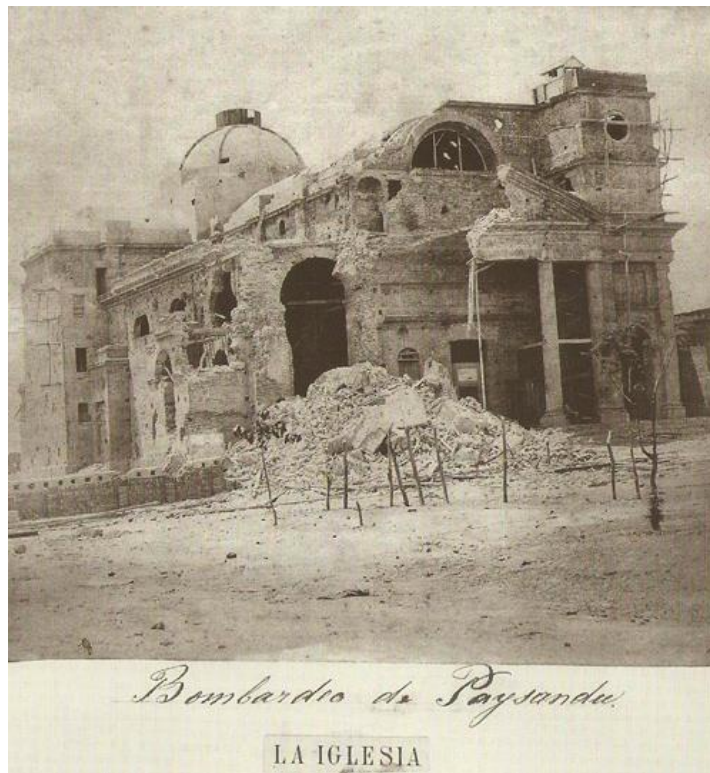
Em dezembro de 1864, foi assinado o pacto de Puntas del Rosario, no Uruguai, entre a Argentina, representada por Venâncio Flores, pelo Ministro das Relações Exteriores, Rufino Elizalde, o Brasil, por Saraiva e o diplomata Edward Thornton representando os interesses ingleses. Thornton era, conforme Bethell (1995, p.281), “forte, aberta e de fato notoriamente antiparaguaio, fato que levou a uma série de mal-entendidos”, por fechar seus rios à navegação britânica. Já prevendo que ocorreria a invasão feita pelas forças brasileiras e por conta da situação vivida pelo Presidente Berro, são, nesse momento, assentadas as bases para a deposição de Berro e, ao mesmo tempo e de antemão, é delineado o que seria o Tratado Secreto da Tríplice Aliança, para invasão do Paraguai. Anos depois, em carta a Joaquim Nabuco, de 1894, Saraiva afirmava que a Tríplice Aliança não nasceu após as ações agressivas do Paraguai à Argentina no ano de 1865, mas sim por conta do pacto de Puntas del Rosario, no inverno de 1864 (FAUSTO, 2013).

2.2. O teatro da guerra

Em protesto contra a intervenção brasileira no Uruguai, o governo paraguaio apreendeu o navio mercante brasileiro Marquês de Olinda, que conduzia o presidente recém-nomeado da província de Mato Grosso, Carneiro Campos, em dezembro de 1864 (IZECKSOHN, 2011). A ofensiva paraguaia estava relacionada também ao pedido de autorização de Solano López a Bartolomeu Mitre para atravessar a província de Misiones a fim de alcançar o Uruguai em seus conflitos políticos. Após a recusa, visando neutralidade do partido colorado argentino no conflito, o exército paraguaio começa a ofensiva contra as províncias de Corrientes e Misiones, alcançando o Rio Grande do Sul por volta de junho de 1865. O rompimento com a Argentina custaria o acesso ao mar e a suprimentos.

As notícias da intervenção paraguaia alcançam o Rio de Janeiro já em fins de dezembro de 1864 e repercutiram como a “barbárie paraguaia” associada ao governo de um povo de origem indígena, em

contraste a um governo herdado da dinastia Bragança (IZECKSOHN, 2011).



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cerco_de_Paysand%C3%BA. Acesso 01 dez 2019

Os discursos de autoridades de todas as esferas que se seguiram, além de notas e artigos em jornais e manifestação públicas em repúdio, reforçaram a ideia de que era dever do Império destituir o ditador López e instaurar uma nova era de progresso no Paraguai. O Brasil responde à opinião pública cortando relações diplomáticas com o Paraguai. No dia seguinte, 13 de dezembro de 1864, o Paraguai formalmente declara guerra ao Brasil e inicia a invasão do Mato Grosso. Em fevereiro do ano seguinte, tropas brasileiras ocupam Montevidéu. Em março, o Paraguai declara guerra à Argentina e invade a província de Corrientes; no mês seguinte a cidade de Corrientes cai. Em maio de 1865, Brasil, Argentina e Uruguai assinam o Tratado da Tríplice Aliança que, “praticamente selou a sorte do Paraguai na guerra. Pelo tratado, os governos do Brasil, Argentina, e Uruguai (agora efetivamente governado pelos colorados) comprometiam-se a não depor armas até a queda do ditador”. (IZECKSOHN, 2011, p. 400). Nos meses seguintes, o exército paraguaio comandado pelo coronel Antonio de la Cruz Estigarribia cruza as Missões e invade o Rio Grande do Sul, em São Borja; sua esquadra porém, é derrotada na batalha naval do Riachuelo, ficando o Paraguai bloqueado, incapaz de receber armas e auxílio do exterior. Entre setembro e novembro de 1865, as forças paraguaias se retiram ao longo do rio Paraná e iniciam a fase defensiva da guerra, mas ainda mantém ocupado o território do Mato Grosso.

Também em setembro de 1865, a casa bancária Rothschilds empresta sete milhões de libras esterlinas ao Brasil. Nesse período, a cidade do Rio de Janeiro era o centro econômico de maior relevância do Império, porém, vivenciava uma importante crise comercial e bancária desde o começo da década de 1860, denominada de a “Crise do Souto”, nomenclatura consequente da evidente falência da Casa Bancária Antônio José Alves do Souto & Cia. No front, as perspectivas de vitória paraguaia começavam a ruir. Os únicos apoios externos recebidos foram do Peru, Bolívia e Estados Unidos, e eram apenas

pronunciamentos simbólicos.

Depois de um período de espera, no dia 16 de abril de 1866, chegaram as primeiras tropas em território paraguaio. Uma questão iria ainda atrapalhar os planos de guerra: as crises no comando das tropas eram latentes. O Visconde de Tamandaré (Vice-Almirante), comandante da esquadra brasileira não conseguia se entender com Mitre, que era o comandante do exército argentino (Souza, 2009). Outro fator de importância significativa para explicar as desavenças entre os comandantes do exército aliado, é o fato que seus generais eram do mesmo grau hierárquico o que dificultava uma submissão entre esses, por exemplo, “o 1º. corpo do Exército era comandado pelo marechal de campo, Osório, e o 2º. corpo tinha como comandante Guilherme Xavier de Souza (Visconde de Porto Alegre), de mesma patente” (Souza, 2009, p.11).

Apesar dessas querelas hierárquicas, começa então, em abril de 1866, a invasão ao Paraguai, com as forças aliadas cruzando o rio Paraná e iniciando a marcha rumo à fortaleza de Humaitá, empreitada que, sem conhecimento cartográfico da região, não foi das mais fáceis. Segundo Izecksohn, as tropas tiveram de se apoiar na vontade de comerciantes locais, que cobravam por informar (IZECKSOHN, 2011).



Anônimo. Capitania em Humaitá: vista do lado de terra, 1868. Fonte: Acervo FBN

A caminho da fortaleza de Humaitá, segue-se uma série de batalhas sangrentas, sendo aquela travada em Tuiuti, em 24 de maio de 1866, considerada a de maior importância, pelo contingente que participaria da batalha diretamente, sendo citada como uma das maiores batalhas da América do Sul.

Segundo Izecksohn (2009), Tuiuti é a maior batalha até hoje já travada entre exércitos regulares na América Latina. “Aproveitando-se das deficiências do comando paraguaio, que insistia em enfrentar as forças aliadas em campo aberto, foi possível destruir recursos militares irrecuperáveis” (IZECKSOHN, 2009, p. 401).

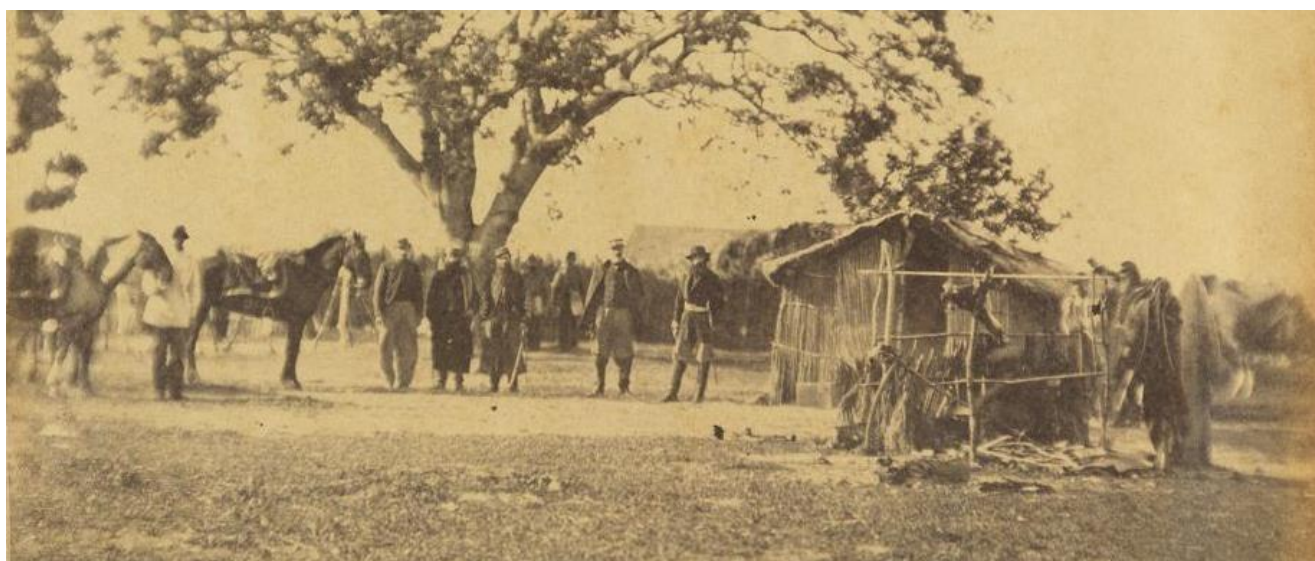


Interior da Igreja de Humaitá.

Anônimo. Igreja de Humaitá. 1868. Fonte: Acervo FBN



Anônimo. Quartel general de López em Humaitá. Fonte: Acervo FBN



General Bartholomé Mitre com seu Estado Maior em Tuiuti. Fonte: Acervo FBN

Conforme Doratioto, no momento do ataque, os comandantes não estavam presentes, o que estabeleceu uma notável confusão no teatro de operações que logo seria sanado com a chegada dos generais entre esses, Osório, que manobrou seus militares, apesar da

inexperiência desses, por se tratar de civis improvisados como soldados. Doratioto nos apresenta os números de mortos e feridos na batalha (DORATIOTO, apud SOUZA, 2009, p. 12).

Tabela 1 - Mortos e feridos Batalha de Tuiuti

PAÍS	MORTOS	FERIDOS	PERDAS TOTAIS
Paraguaios	6.000	7.000	13.000
Aliados	996	2.935	3.931
Argentinos	126	480	606
Brasileiros	737	2.292	3.029
Uruguaios	133	480	613

Fonte: Maldita Guerra, 2002, p. 222.

Após tentativas fracassadas de pôr fim à guerra, a partir de um encontro entre Mitre e López, em 22 de setembro ocorre aquela que se tornou a maior derrota aliada na guerra, a Batalha de Curupaiti. Segundo Doratioto, a esquadra brasileira não conseguiu atingir a artilharia guarani e, mesmo assim, foi dado continuidade ao ataque de peito aberto às trincheiras paraguaias, o que acabou com um saldo negativo (Doratioto, 2002, p 243-244).

A partir da derrota de Curupaiti e de levantes e revoltas na Argentina, motivadas pelas mortes na guerra e pela ameaça de ascensão dos federalistas ao poder, Mitre retorna à sua capital, abandonando o campo de batalha, passando agora a oferecer apoio mais moral que prático. O apoio dos argentinos seria a partir de então pelos serviços hospitalares das províncias do norte, além de servirem de campo de avanço.

[...] a derrota na batalha de Curupaiti, em setembro do mesmo ano, paralisou as operações, criando clima de desesperança entre os aliados. Essa situação foi agravada pelo acirramento da guerra civil na Argentina, com a eclosão de revoltas nas províncias de Mendoza e La Rioja, que retirou do front não apenas o comandante-geral, Bartolomeu Mitre, como também parte considerável das tropas daquele país, que precisaram voltar para combater os revoltosos. A partir daquele momento o apoio argentino seria mais moral do que prático, partindo principalmente do governo unitário em Buenos Aires, não das províncias. Ainda assim, tratava-se de apoio fundamental, pois as províncias do norte da Argentina ofereceram a retaguarda para os hospitais de campanha e para os depósitos de armas e munições. Além disso, foi pelo território argentino

que prosseguiu a invasão do Paraguai. (IZECKSOHN, 2009, p. 401)



Militares brasileiros posam para foto durante a Guerra do Paraguai. Fonte: Acervo FBN

Conforme Souza (2009), não foi apenas na Argentina que a derrota em Curupaiti ajudou a oposição a agitar o quadro político. Também no Uruguai conflitos políticos surgiram e Venâncio Flores fez o mesmo, retornando a Montevideú. A guerra tomava outros rumos; a necessidade de uma vitória e a insistência de D. Pedro II ajudaram a manter o itinerário da guerra. Contudo, foi necessário nomear Luís Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias, senador e representante do Partido Conservador, para assumir o teatro da guerra. Posteriormente, Osório, que estava afastado, retornaria ao teatro de operações para lutar junto a Caxias.

Como escreve Salles (s.d.), Humaitá só seria capturada em agosto do ano seguinte. Enfrentando forte oposição ao recrutamento e

rebeliões armadas, o governo argentino teve que reduzir drasticamente seu contingente na frente de operações, deixando, praticamente, aos brasileiros, a condução da guerra. Sob o comando de Caxias, o exército passaria por uma forte reestruturação para se adaptar às condições de uma guerra prolongada e de tais proporções.



Cândido da Fonseca Galvão ou dom Obá II d'África

Fonte:https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A2ndido_da_Fonseca_Galv%C3%A3o

3. A experiência de guerra para a população negra

Conforme Kraay, logo depois que as tropas aliadas atravessarem o rio Paraná e invadirem o sul do Paraguai, em abril de 1866, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, diplomata e político brasileiro, escreveu ao ministro da guerra: "Um abraço pelos nossos triunfos. Vivam os brasileiros, sejam brancos, negros, mulatos ou caboclos! Vivam! Que gente brava!" (Kraay, 2012, p. 121). O entusiasmo de Rosa pelos feitos militares dos brasileiros coloca a questão da presença dos negros na guerra do Paraguai. Na época, o Brasil era a maior sociedade escravista da América, com um milhão e meio de homens e mulheres escravizados. Mas pelo menos quatro milhões de afrodescendentes livres ou libertos viviam no país e constituíam dois quintos da população total de dez milhões de habitantes (Kraay, 2012).

Após o conflito que opôs Argentina, Brasil e Uruguai, por um lado, e Paraguai de outro, a produção historiográfica sobre a guerra, de todos os países envolvidos, no entanto, não foi devida importância para a participação dos ex-escravos na Guerra do Paraguai. Segundo Cerqueira (1980), o referido batalhão de voluntários negros não era visto como "normal", mesmo que muitos negros tenham tornado mais numerosas as fileiras do exército brasileiro. Foi somente no decorrer da década de 60 do século XX que alguns estudos sobre a Guerra do Paraguai passaram a se referir à participação de indivíduos libertos, ou que ainda eram escravos, no conflito e, assim, eles ganharam mais espaço nos estudos históricos sobre a guerra.

A inexistência de negros livres ou ex-escravos, muito provavelmente, pode estar relacionada ao fato de que não era permitido que o Exército brasileiro fosse dependente da presença de cativos para defender, adequadamente, as suas fronteiras. Se assim fosse, o Império poderia incorrer em uma contradição, a de conceder aos escravizados uma função de relevância para a defesa da liberdade de uma nação, que não era de fato a deles.

No entanto, segundo Izecksohn (2009), desde o começo da campanha contra o Paraguai, escravos e libertos foram alistados no Exército e na Marinha. “O alistamento desses indivíduos ocorria pela força, por doações, por substituições ou quando os escravos fugiam e se apresentavam como homens livres” (IZECKSOHN, 2011, p.405). A impossibilidade de mensurar a quantidade de ex-escravos que fizeram parte do exército brasileiro na Guerra do Paraguai é causa da invisibilidade desse grupo étnico no teatro da guerra. Porém, a existência de indivíduos negros nas tropas de milícias, assim como na Marinha e também no próprio Exército, sempre foi uma realidade.

Nas guerras de independência na Bahia, em 1823, as tropas civis passaram a admitir os escravos na batalha contra a resistência portuguesa, que tentava tomar a capital da província. Ainda no referido ano, os senhores escravistas da província passaram a sentir a obrigação de dar a liberdade para os seus escravos que aceitaram lutar por eles e voltaram sem ferimentos, sendo essa uma forma de indenizar o seu trabalho. Para o escravo, ficava então, muito claro, que essa uma grande chance para que eles conseguissem a sua liberdade.

Quirino Antônio do Espírito Santo, que era um veterano das lutas de independência, considerava que

Inúmeros cidadãos crioulos sentem-se dispostos a marchar para o Sul, pelo que, se a imaginação me não cega, creio que todos nós reunidos poderemos formar um respeitável corpo de voluntários, que pelo seu denodo, coragem e amor à pátria recordar mais uma vez os valorosos combatentes sobre o comando do celebre Henrique Dias (Jornal O Alabama, 1865 apud RODRIGUES, 2001, p. 110).

Assim, o tenente Quirino ficou encarregado de organizar um corpo de voluntários negros e, de forma imediata, foram abertas assinaturas dos jornais, tais como *O Diário da Bahia*, para fossem cobertas as despesas feitas com os uniformes do batalhão, espantando todos os que se deparavam com os soldados negros nos acampamentos do exército (CERQUEIRA, 1980).

Quirino se instalou no Forte do Barbalho e começou a organizar a companhia. Dentro de poucos dias, tomou o nome de "zuavos baianos" e o presidente aprovou uma subscrição para fardar os novos recrutas com o uniforme garboso das tropas coloniais franceses na Argélia. Desconheço o porquê da decisão de adotar o nome e o uniforme das tropas coloniais francesas. Na década de 1860, a moda zuava de bombachas vermelhas, colete azul bordado e pequeno boné ou fez já havia sido amplamente divulgada entre diversos exércitos, tais como as forças do Norte e do Sul na guerra civil norte-americana e as tropas internacionais do papa. (KRAAY, 2012, p. 130).

As companhias de zuavos foram criadas apenas na Bahia, e a única outra companhia negra organizada em 1865-66 no Recife adotou o nome somente depois de se reunir aos zuavos baianos no Uruguai, explica Kraay (2012). Essas companhias usavam uniformes distintos, para se identificarem como defensores negros do Império. A mobilização desses homens, segundo Kraay, passava pela honra de servir ao monarca e ao Estado, tradição normalmente destinada aos brancos.



Voluntários da Pátria e seus uniformes, com um zuavo baiano na segunda posição da direita para a esquerda. Disponível em <https://tormentopabulum.wordpress.com/2015/09/13/zuavo-baiano/>

A mera idéia de formar batalhões com indivíduos negros e

crioulos tornou possível, especialmente, que os escravos fugidos entrassem nas fileiras, ao tornar maiores as chances de se misturassem aos negros pobres livres que podiam andar livremente pelas cidades, podendo exercer inúmeras e diferentes atividades, antes impossíveis para eles.

Entretanto, no momento em que eram reclamados pelos seus senhores, acabavam sendo devolvidos rapidamente. Os processos legais e administrativos que precisavam ser abertos com o intuito de pedir de volta os seus escravos, tornavam a fuga de muitos uma realidade, passando eles a usar esse processo com o objetivo de se livrar do cativeiro no qual viveram toda a vida. Sendo assim, no final de abril do ano de 1865, ocorreu o embarque para a corte do 5º Batalhão de Voluntários da Pátria, acompanhado também pela 2ª Companhia de Zuavos, sendo comandados pelo alferes Marcolino Dias. Muitos escravos consideravam que essa era a melhor oportunidade para fugir definitivamente de seus senhores.

Durante todo o período de guerra, entre os anos de 1864 a 1870, no Paraguai, os indivíduos negros eram apontados, principalmente, como inimigos. Conforme mostra Toral (1995), o exército brasileiro era denominado de exército *macacuno*, e os seus líderes, segundo a propaganda de López, macacos, que queriam fazer com que o povo paraguaio se tornasse escravos, extinguindo assim a sua liberdade.



Representação do Império Brasileiro que circulava no Paraguai. Imperador, Tamandaré e Polidoro no Jornal El Centinela (1867). Fonte: TORAL (1995).

Os escravos eram libertos para lutar na guerra e contribuir na campanha do Paraguai de diversas formas. Primeiramente, por meio de “doações” de seus senhores – na medida em que o escravo era visto como uma propriedade do senhor – que, tomados por um sentimento de patriotismo ou ainda por uma significativa pressão do governo imperial, concederam liberdade para os seus escravos, desde que, no mesmo momento, passassem a integrar a força militar e fossem direcionados ao Exército e a Marinha (RODRIGUES, 2001). Mas, essas doações de senhores de escravos com o objetivo de ajuda na guerra não foram de significativa relevância, como se percebe dos 271 libertos que integraram o relatório do presidente da província, elaborado no ano de 1869.

A grande maioria dos escravos que se engajaram na guerra foi obtida por meio do pagamento de indenização pelo governo imperial, realizando assim a compra da alforria do escravo, a partir de 1867, com o intuito de integrarem o exército brasileiro. É preciso ressaltar ainda que a população estimada do Brasil no ano de 1850, cerca de catorze anos antes da guerra, era formada por cerca de dez milhões de indivíduos. Desse total, um quarto era escravos (GORENDER,

1978).

Uma nova medida promulgada em 1865, além do Decreto que criava os corpos de Voluntários da Pátria, foi o Decreto 3.383, de 21 de janeiro do mesmo ano, pelo qual 14.796 soldados da Guarda Nacional foram transferidos para o front de batalha (Izecksohn, 2001). Conforme a Lei 602, de 19 de setembro de 1850, em caso de rebelião ou invasão repentina do território, as tropas da Guarda Nacional deveriam auxiliar o Exército de linha. As conseqüências dessa medida, no entanto, foram muito sérias, sendo a Guarda Nacional, tradicionalmente, uma instituição ligada aos poderes locais. Os chefes políticos locais e a oficialidade da Guarda Nacional, assim, passaram a fazer esse alistamento de maneira forçada de seus oponentes, resultando em significativos conflitos nas províncias.

Ser um membro da Guarda era uma das melhores desculpas que um homem livre podia oferecer para escapar ao recrutamento. Sob a proteção da Guarda muitos indivíduos podiam evitar os procedimentos brutais associados ao recrutamento. Por outro lado, o prestígio de muitos chefes locais era tradicionalmente associado à proteção que podiam proporcionar. Ao transferir corpos da Guarda para o front externo e subordiná-los ao Exército, o governo imperial interferia diretamente na autoridade desses homens. Essa autoridade era sancionada pelo costume e por uma série de leis não escritas, aceitas como tradição. (IZECKSOHN, 2001, p. 89)

Os cidadãos do império possuíam inúmeras maneiras para se desvencilhar da convocação para o exército. Os que possuíam maiores condições financeiras acabavam fazendo doações de recursos, equipamentos e até mesmo de escravos e empregados para servirem, em seus lugares, à Guarda Nacional e aos Corpos de Voluntários. Já os de menor poder financeiro, “ofertavam” alguns de seus familiares, em outras palavras, efetuavam o alistamento de seus parentes, filhos, sobrinhos, entre outros. Para aqueles que não tinham outras opções, a forma de tentar se afastar do alistamento era fugir para o mato. Dessa forma, a população do corte e das províncias acabaram se rebelando contra as autoridades, assim como contra os delegados de polícia e seus subordinados, que realizavam a “caça” do

caboclo no Amazonas e no Pará, o tabaréu nordestino na caatinga, o matuto na sua tapera, o caiçara no litoral, enfim brancos, mulatos e negros que, depois de reunidos e contados, eram despachados em magotes" (Queiroz Duarte apud SALLES, 1990, p. 102).



Os capitães Quirino Antonio do Espírito Santo e João Francisco Barbosa de Oliveira, da Companhia de Zuavos baianos. Fonte: KRAAY, 2012.

Esse recrutamento militar compulsório, ao lado da disputa pelo comando da guerra, causou a queda do Gabinete de Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 1868, resultando em relevante crise política e também na volta dos conservadores ao poder.

Assim, diante das dificuldades que se colocavam ao recrutamento dos contingentes da polícia e da Guarda Nacional, os pequenos efetivos de ex-escravos puderam ser um reforço ao exército. Conforme Carvalho (2012), a legislação exigia a alforria como condição prévia para o engajamento de escravos. Assim, ao se engajar na luta, os escravos já são ex-escravos, são homens alforriados. A aquisição de escravos com o intuito de que esses entrassem na batalha substituindo os seus senhores, passou a ser um procedimento extremamente comum na época. As sociedades

patrióticas, conventos e também o governo acabaram se responsabilizando, entre outras coisas, pela aquisição de escravos com o intuito de serem agregados ao exército brasileiro. Para que eles aceitassem se envolver nessa guerra, o império prometia a liberdade a esses escravos, sem retaliar os que antes tentaram fugir.

Os estudos de Schulz (1994) apontam que o próprio imperador passou a dar bons exemplos, proporcionando a liberdade de todos os seus escravos que se encontravam nas fazendas do Brasil, para que eles aceitassem lutar na referida guerra. Já no final do ano de 1866, o Imperador determinou ao seu Ministro da guerra que concedesse "forças e mais forças a Caxias, apresse a medida de compra de escravos e todos os que possam aumentar o nosso Exército" (LYRA, 1977, p. 241).

É preciso ressaltar ainda que não é possível determinar o percentual exato de escravos alistados no exército imperial. Os estudos de Salles (1990) contribuem com o assunto dizendo ainda que existem somente algumas estimativas desse percentual. Pela concepção de Queiroz Duarte, que analisou os números sob uma perspectiva que objetivava dar maior importância para os alistamentos voluntários, acabaram sendo apenas 8.489 indivíduos alforriados no contingente total que participou guerra, que contou com um total de 123.150 de soldados, correspondendo, assim, somente a 6,9% de ex-escravos em todo o contingente do exército.

Salles (1990) estima, no entanto, que cerca de 20 mil indivíduos ex-escravos teriam se engajado no exército brasileiro, inclusive com suas mulheres, obtendo, elas também, a liberdade, ao servirem na guerra (SALLES, 1990). O referido autor afirma ainda que, até abril de 1868, foram cedidos 3.897 escravos pelos conventos, substitutos da Casa Imperial, podendo então representar cerca de 5,5% do total do contingente do exército brasileiro (SALLES, 1990). Esses números, mesmo que estimados, não corroboram o que escreveu Chiavenatto, de que o exército brasileiro poderia ser abalizado como um exército de escravos facilmente (CHIAVENATTO, 1983). Segundo Chiavenato, para a população negra brasileira, a Guerra do Paraguai representou

um processo brutal de arianização do império, diminuindo os 45% de negros na população total do Império em 1860 para 15% logo após a guerra (CHIAVENATTO, 1990).

A crônica da época refletia os fatos que ocorriam na realidade. Em *Iaiá Garcia*, publicada no final da década de 1870, Machado de Assis mostra um jovem de grande capacidade financeira e social que se voluntaria para participar da guerra no ano de 1866. Em outra parte do romance, a mãe de um voluntário obstinado suplica ainda se é possível dar para ele uma função de tenente ou de alferes dentro do Corpo de Voluntários da Pátria, ficando claro, assim, que uma família que possuía mais posses era capaz de adquirir funções mais elevadas dentro do exército.

Os limites da cidadania efetiva no império resultaram na equiparação dos escravos e despossuídos, já que ambos constituíam um material humano que, na visão da sociedade imperial, se encontrava à disposição para a batalha. A Guarda Nacional, mesmo sendo fundamentada no modelo liberal francês, historicamente, acabou ficando a serviço das oligarquias, realizando, assim, de forma compulsória o alistamento de quem quer fosse, desde que esses fossem pobres ou desafetos políticos. Já no caso dos Voluntários da Pátria, por conta da falta de maior entusiasmo popular após o começo da guerra, acabaram recebendo também os ex-escravos em seu contingente.

A realidade era entre os que tinham posses e os despossuídos durante a guerra era tão diferenciada que o escritor Joaquim Manoel de Macedo, que militava no Partido Liberal, determinou que os cidadãos brasileiros não fizessem o seu alistamento de forma voluntária, pois entendia que eram unicamente os pobres que tinham que entrar nessa batalha (SCHULZ, 1994).

Além desse alistamento obrigatório, os escravos ou seus parentes que foram libertos, acabam vivenciando situações de discriminação racial mesmo estando servindo ao exército, pelos soldados da mesma tropa. Os soldados sulistas não recebiam de forma muito agradável os soldados negros e mulatos que vinham do

Norte e do Nordeste. Uma das frases ofensivas mais ditas pelos sulistas no exército era a seguinte: "Mandai, Mãe de Deus, mais alguns dias de Minuano para acabar com tudo que é baiano" (CERQUEIRA, 1980, p. 72).

Em 1870, três batalhões de Voluntários da Pátria retornaram da guerra à Bahia. Poucos zuavos voltaram com eles. Apenas um foi mencionado pela imprensa baiana, Carvalhal, que lamentou a morte dos colegas no front, entre eles Quirino, que tinha criado o corpo de Zuavos. A volta à vida civil, como os demais veteranos, não foi fácil. Um dos ex-zuavos, apelidado de Bigode, recebeu uma patente de alferes honorário do Exército, que não lhe dava direito a soldo. Quando pediu uma pensão ao governo imperial, em 1875, porque não tinha condições de trabalhar e sustentar sua família devido aos ferimentos da guerra, seu pedido foi recusado. Marcolino, outro zuavo veterano da Guerra do Paraguai, virou varredor de rua em Salvador, até receber um emprego como porteiro de uma biblioteca pública. Até a sua morte, em 1888, o capitão Marcolino era muito conhecido em Salvador, tendo se juntado ao movimento abolicionista, em 1886.

Muitos ex-zuavos migraram da Bahia para o Rio de Janeiro nas décadas finais do século XIX, indo viver na Pequena África, uma comunidade afro-brasileira na região portuária do Rio de Janeiro, em busca de trabalho e, especialmente, de um local onde pudessem reestabelecer o sentido de comunidade. Conforme Kraay (2012), documentos encontrados no Arquivo Histórico do Exército demonstram que muitos ex-zuavos não cansavam de solicitar promoções, pensões e condecorações ao imperador e ao ministro da guerra, destacando o patriotismo com que serviram à pátria, no Paraguai como voluntários. "Como a maioria dos veteranos, eles se reintegraram à população livre e pobre de cor da qual tinham sido recrutados" (Kraay, 2012, 156).

Como escreve o historiador, passados os conflitos, não havia lugar para os soldados negros no imaginário coletivo de um regime cujo ideal era uma sociedade branca europeizada. "O Império (e menos ainda a República) ofereceu-lhes poucos meios para se

integrarem à nação pela qual lutaram”. O Brasil precisou de tais patriotas em 1865, mas depois da guerra, pouco espaço restou aos ex-escravos e negros livres que se prestaram a defender a pátria nos campos de batalha, restando a eles uma cidadania excludente, que atingiria o século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Maior conflito da América do Sul, a Guerra do Paraguai dizimou grande parte da população paraguaia e envolveu os demais países beligerantes em grandes dívidas com a Inglaterra. Mesmo com o fim da guerra, e com a definição das fronteiras dos estados nacionais demarcadas, o conflito até hoje permanece como uma fonte de estudos e debates sobre os fatos ocorridos. A atitude Imperialista do Império do Brasil especialmente sobre os ganhos territoriais em cima do Paraguai, mostra a mentalidade do período. Percebe-se que, após o período de independência das ex-colônias hispânicas da região, uma nova luta começa pela defesa da soberania de estados como Paraguai e Uruguai, contra os que tentavam voltar às antigas fronteiras do Vice-reino do Prata, agora sob o domínio de Buenos Aires. A navegação dos rios interiores da região e o acesso ao mar e ao interior do Brasil, aliadas as históricas disputas entre diferentes projetos para os nascentes estados, criaram conflitos que não foram resolvidos a contento na primeira metade do século. Um frágil consenso é estabelecido na década de 1850, para se romper na década seguinte.

As mesmas questões apontadas acima, resultaram, na década seguinte, na guerra entre Argentina, Uruguai e Brasil, por um lado, contra o Paraguai, de López. Em 1864, em represália à intervenção brasileira no Uruguai, o governo paraguaio aprendeu o navio mercante brasileiro Marquês de Olinda. Em dezembro daquele ano, o Paraguai formalmente declara guerra ao Brasil e inicia a invasão do Mato Grosso. A guerra desencadeia uma forte campanha patriótica no Brasil, levando a uma empatia muito grande com a causa dos aliados e ao desprezo contra Solano López, alimentado pela imprensa das grandes cidades. Depois de algumas importantes vitórias, as tropas aliadas sofrem uma derrota séria em Curupaiti, que, ao lado de outras questões, como a longa duração da guerra, os problemas

de infraestrutura, o grande número de baixas por doenças, o desamparo das famílias dos soldados, etc, abalam o espírito patriótico que dominava a opinião pública até então. O recrutamento voluntário perde força e medidas são tomadas para resolver o problema. Uma das formas encontradas pelo governo imperial foi a alforria de escravos, que poderia ocorrer de várias maneiras, para que eles integrassem as tropas e se dirigissem ao front.

Levas de escravos, de norte a sul do país, foram alforriados para participar da guerra, completando o contingente de recrutas que diminuía a cada dia. O pós-Guerra não seria simples para esses homens, tampouco para suas famílias, que encontraram dificuldades para receber qualquer tipo de apoio e assistência por parte do império. Apenas os senhores receberiam compensações financeiras por terem cedido seus cativos ao esforço de guerra no período de 1866 a 1870. O Império brasileiro terminou a guerra com um grande número de veteranos que, após o conflito, almejavam um papel maior dentro do Império. O imperador afasta as pretensões dos oficiais, o que resultaria, nas décadas seguintes, na crise e queda da monarquia brasileira. Aos combatentes ex-escravos foi negado o exercício da cidadania, mesmo sendo homens livres. Esquecidos pelo império, foram invisibilizados pela História, restam escondidos por trás dos retratos dessa História.

REFERÊNCIAS

- BARRIO, Cesar de Oliveira L. **O intervencionismo brasileiro no Rio da Prata. Da ação contra Rosas e Oribe à Tríplice Aliança**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa Pós Graduação em História da UnB, 2012.
- BETHELL, Leslie. **História de América Latina**, v. 6, America Latina Independiente, 1820-1870, Barcelona, Crítica, 1995.
- BIBLIOTECA NACIONAL. **Uniformes da guerra do Paraguai**. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/projetos/guerradoparaguai/artigos/adler%20uniformes%20da%20guerra%20do%20paraguai.pdf>>. Acesso em: Outubro de 2019.
- CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscência da Campanha do Paraguai. 1865-1870** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1980.
- CHIAVENATTO, J. J. **Os Voluntários da Pátria e outros mitos**. São Paulo: Global. 1983.
- CHIAVENATTO, J. J. **O negro no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1983.
- DANTAS, José. A política externa do Segundo Reinado na Bacia Platina. In: _____. **História do Brasil**, Ensino Médio. São Paulo: Moderna, 1989.
- DANTAS, José. A política externa do Segundo Reinado. In: **História do Brasil**, 6ª série. São Paulo: Moderna, 1984.
- Decreto nº 3.371, de 7 de Janeiro de 1865 – Publicação Original. Coleção de Leis do Império do Brasil – 1865, Página 5 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: Agosto de 2019.
- DONGHI, Halperin. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.
- DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. **Maldita guerra: uma nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2013.
- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo, Ática, 1978.
- GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. Regiões-províncias na Guerra da Tríplice Aliança. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, jul.-dez. 2009
- IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o Exército durante as guerras Civil e do Paraguai. Brasil e Estados Unidos na

- década de 1860. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 27, 2001,
- IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In GRINSBERG, Keila e SALLES, Ricardo (org). **O Brasil Imperial**. Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- KRAAY, Hendrik. Os Companheiros de Dom Obá: Os Zuavos Baianos e Outras Companhias Negras na Guerra do Paraguai. **Afro-Ásia**, Salvador, n.46, 2012.
- LYNCH, John. Las repúblicas del Rio de La Plata. In **História de América Latina**, v. 6, America Latina Independiente, 1820-1870, Barcelona, Crítica, 1995.
- LUCCI, Elian **História do Brasil**, 6ª série. São Paulo: Saraiva, 1985.
- LYRA, Heitor. **História de D. Pedro II**. 1825-1891, 3 v. Ascensão, 1. v. São Paulo, Edusp/Itatiaia, 1977.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Yayá Garcia**. São Paulo, Clube do Livro, 1951.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil. Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos – CEBRAP**, no.74, São Paulo, Mar. 2006.
- MOREL, Marcos. **O período das regências (1831-1840)**. Rio e Janeiro: Zahar, 2003.
- NUÑEZ, Ronald León. **El pensamiento político y económico de José Gaspar Rodríguez de Francia**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de História Econômica do Departamento de História da FFLCH/USP, 2015.
- PEREIRA, Denise. **História do Brasil**, Ensino Médio. Atual, 1987.
- SOUZA, Ronaldo R. de S. **Dos campos de batalha para guerra de papel: uma análise da historiografia sobre a Guerra do Paraguai**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de História do DCSL/UNITAU, 2009.
- SCHWARCZ, Lília. K.M. **As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
- TARTA, Juliana P. e SCAVONE, Rafael. **Colorado y Rojo": dois diferentes tons do caudilhismo no Prata**. Disponível em <http://www.klepsidra.net/klepsidra25/caudilhos.htm>.
- PORTAL CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº3725-a, de 6 de novembro de 1866** - publicação original. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-publicacaooriginal-73127-pe.html>>. Acesso em: Outubro de 2019.
- RODRIGUES, Marcelo Santos. **Os (In)Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai**. Dissertação apresentada ao Mestrado de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA,

2001. Disponível em:

<[https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_os_in_voluntarios_da_patria_n
a_guerra_do_paraguai_.a_participacao_da_bahia_no_conflito.pdf](https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/4_os_in_voluntarios_da_patria_na_guerra_do_paraguai_a_participacao_da_bahia_no_conflito.pdf)>
.Acesso em: Outubro de 2019.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai (s.d.)**. Disponível em
<https://bndigital.bn.gov.br/dossies/guerra-do-paraguai/>. Acesso 14 nov
2019.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: Escravidão e Cidadania** na
formação do exército brasileiro. 1 ed. São Paulo: Paz Terra, 1990. 165
p.

SCHULZ, John. **O exército na política**. Origens da intervenção militar,
1850- 1894. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

TORAL, André Amaral de. **A participação dos negros escravos na
guerra do Paraguai**, 1995. Disponível

em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-
40141995000200015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141995000200015)>. Acesso em: Outubro de 2019.